

GT4 - Direitos Humanos e Democracia

Militarização, Vigilância e Resistência: a Imprensa Feminista e o Jornal Brasil Mulher na Ditadura Militar Brasileira

Lívia Campanheli ¹

Resumo: Este artigo analisa a militarização da política e da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar (1964–1985), com foco na vigilância exercida sobre os meios de comunicação, especialmente a imprensa feminista. O objetivo é compreender como o Estado, por meio de órgãos como o SNI, monitorou e reprimiu o jornal *Brasil Mulher*. Metodologicamente, utiliza-se análise documental de arquivos do SNI e revisão bibliográfica. Conclui-se que, apesar da repressão, a imprensa feminista atuou como espaço de resistência, contribuindo para a construção de narrativas críticas e para a visibilização das lutas das mulheres.

Palavras-chave: Ditadura militar; imprensa feminista; vigilância estatal; Jornal Brasil Mulher; resistência política

Abstract: This article analyzes the militarization of politics and society in Brazil during the civil-military dictatorship (1964–1985), focusing on the surveillance exercised over the media, especially the feminist press. The objective is to understand how the State, through agencies such as the SNI, monitored and repressed the newspaper *Brasil Mulher*. Methodologically, it is based on documentary analysis of SNI archives and a bibliographic review. It concludes that, despite repression, the feminist press acted as a space of resistance, contributing to the construction of critical narratives and to the visibility of women's struggles.

Keywords: Military dictatorship; feminist press; state surveillance; Brasil Mulher newspaper; political resistance

¹Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UNICAMP). Email: liviacampn@gmail.com

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa o processo de militarização da política e da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar (1964–1985), com ênfase na atuação dos aparelhos de vigilância e repressão sobre os meios de comunicação. A partir da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), observa-se a construção de um aparato estatal voltado ao controle social, no qual órgãos como o Serviço Nacional de Informações (SNI) desempenharam papel central na produção de informações estratégicas e na perseguição de indivíduos e grupos considerados subversivos. Nesse contexto, a imprensa assume uma posição ambígua: enquanto parte dos grandes veículos se alinhou ao regime, a imprensa alternativa emergiu como espaço de resistência e contestação. Dentre suas vertentes, destaca-se a imprensa feminista, especialmente o jornal Brasil Mulher, que articulou críticas ao autoritarismo e às desigualdades de gênero, tornando-se alvo da vigilância estatal. Assim, o trabalho busca compreender como a militarização se manifestou no campo comunicacional e como a atuação dessas mulheres tensionou as estruturas políticas e sociais do período.

A Militarização da Política e da Sociedade

A militarização da sociedade brasileira sob a DSN envolveu a integração de civis na defesa do Estado. A propaganda oficial promovia a imagem do cidadão vigilante, pronto para denunciar qualquer atividade suspeita. Essa integração foi facilitada por uma série de órgãos de repressão, como o Serviço Nacional de Informações (SNI), responsável por monitorar e controlar atividades consideradas subversivas.

A influência da DSN nas políticas públicas foi significativa. As políticas de segurança nacional justificaram a censura, a tortura e a eliminação física de opositores políticos. Além disso, a vigilância constante exercida pelo SNI e outros órgãos de segurança resultou em um ambiente de medo e repressão. Essas políticas impactaram diretamente a imprensa alternativa e feminista, incluindo o Jornal Brasil Mulher, que se tornaram alvo da vigilância estatal.

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

O regime ditatorial implementou o Ato Institucional Número Cinco (AI-5) em 1968, dando ao governo poderes quase ilimitados para reprimir a oposição. Os direitos civis foram suspensos, o Congresso Nacional foi fechado, e a censura à imprensa, rádio, televisão e artes tornou-se severa. “Os militantes políticos foram perseguidos, presos, exilados, torturados e assassinados, especialmente pelo período de “linha dura” do regime autocrático burguês, caracterizado pela sanção do AI-5 em 1968.” (BRUZIGUESSI, 2014)

A Censura e o Controle sobre a Imprensa Tradicional

O papel da imprensa foi fortemente condicionado pelo governo, que utilizava uma combinação de censura, repressão e controle para moldar a cobertura midiática e limitar a disseminação de informações contrárias aos seus interesses. A censura prévia era aplicada a jornais, revistas, rádios e televisões, resultando na supressão de matérias consideradas subversivas ou ameaçadoras ao governo.

Além da censura oficial, a autocensura tornou-se uma prática comum entre os veículos de comunicação. Com medo de represálias, muitos jornalistas e editores evitavam publicar conteúdos que poderiam atrair a ira do governo ditatorial.

Diversos grandes jornais, revistas e emissoras de televisão adotaram uma postura colaborativa com o regime militar, seja por convicção, coerção ou interesses econômicos. A colaboração incluía a publicação de notícias e editoriais favoráveis ao governo, bem como a omissão ou distorção de informações sobre violações de direitos humanos e repressão política.

A atuação da imprensa sob o controle do regime ditatorial teve um impacto profundo na sociedade brasileira. A desinformação e a manipulação midiática contribuíram para a alienação de parte da população, dificultando a organização de resistências e movimentos de oposição. A falta de acesso a informações verídicas e críticas limitou a capacidade dos cidadãos de compreender plenamente a realidade política e social do país.

Órgãos de Vigilância

A promulgação da do Ato Institucional N° 1 lançou as primeiras bases legais para a aplicação da Doutrina de Segurança Nacional. O AI-1 limitava os poderes do

Congresso Nacional, ato continha uma lista de quem imediatamente perderia seus mandatos eleitorais e teriam suspensos seus direitos políticos.

Esse ato justificava ações repressivas contra grupos ou indivíduos considerados subversivos. A necessidade de identificar e monitorar essas ameaças levou à expansão e profissionalização das atividades de inteligência. Os militares foram colocados no centro da administração estatal e da segurança nacional, consolidando a ideia de que a vigilância era essencial para a “proteção” do regime. Isso estimulou a criação de um sistema centralizasse informações estratégicas para o combate a opositores.

O AI-1 foi um dos primeiros passos na implementação da DSN, que via a sociedade como um campo de batalha contra inimigos internos. O Serviço Nacional de Informações foi concebido para operacionalizar essa doutrina, organizando e compartilhando informações entre os órgãos de repressão. A criação do SNI em 1964 foi uma resposta direta às demandas impostas pelo novo regime ditatorial, que necessitava de um aparato eficiente para monitorar, neutralizar e, muitas vezes, eliminar qualquer ameaça ao projeto político dos militares. Sob a liderança de Golbery do Couto e Silva, o SNI tornou-se uma peça-chave na consolidação do autoritarismo no Brasil.

Segundo Alves (1984), o Serviço Nacional de Informações era tão poderoso quanto o Executivo. Seu poder derivava de uma combinação de autonomia operacional, penetração nos diferentes setores da sociedade e estreita relação com a cúpula do governo. O SNI tinha acesso direto ao presidente da República e à alta cúpula militar, além de contar com um fluxo constante de informações dos diversos órgãos de repressão, como o DOI-CODI, DOPS e Polícia Federal. Essa posição estratégica permitia ao SNI influenciar decisões políticas e militares, muitas vezes agindo como um “governo paralelo”.

Com postos espalhados por todo o Brasil e contatos no exterior, o SNI monitorava não apenas políticos, intelectuais e artistas, mas também sindicatos, movimentos sociais e a mídia. Essa rede de espionagem e vigilância consolidava o controle sobre grande parte das instituições e da sociedade civil. As informações coletadas pelo SNI eram usadas para justificar intervenções repressivas, como prisões, censuras e até assassinatos de opositores do regime. Além disso, o órgão

tinha grande poder de influência na nomeação de cargos públicos e na definição de políticas estatais, atuando como uma espécie de “filtro ideológico”.

O órgão ajudava a moldar a propaganda do regime e a narrativa oficial sobre ameaças comunistas e subversivas, legitimando medidas autoritárias. A centralização das informações permitia que o governo militar antecipasse movimentos de oposição e mantivesse o controle social. O SNI era um instrumento direto da DSN, que atribuía aos militares o papel de “proteger” o Estado contra inimigos internos. Isso fez com que o órgão adquirisse uma importância política e estratégica, ultrapassando muitas vezes o papel técnico de uma agência de inteligência.

Embora formalmente subordinado ao presidente, o SNI tinha um alcance e uma capacidade de intervenção que transcendem a administração direta. Ele moldava políticas e decisões a partir de informações estratégicas, influenciando o funcionamento do governo de maneira discreta, mas decisiva. Por essas razões, consideram que o SNI, com sua rede de vigilância e controle, tornou-se tão ou mais poderoso que o próprio Executivo, ao atuar como um “olho onipresente” do regime ditatorial, capaz de moldar os rumos do país conforme os interesses da ditadura.

Vigilância nos Meios de Comunicação Tradicionais

Entre os diversos setores que sofreram controle, os meios de comunicação (jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão) foram especialmente vigiados, censurados e usados como ferramentas para consolidar o discurso oficial da ditadura. Essa vigilância minuciosa visava controlar a narrativa pública, impedir a disseminação de ideias contrárias ao governo e reforçar a ideologia da Doutrina de Segurança Nacional.

Os meios de comunicação tradicionais foram identificados pelo regime como um espaço estratégico para a batalha ideológica. Assim, o Estado mobilizou uma ampla estrutura repressiva, composta por órgãos como o SNI, os DOPS e as unidades do DOI-CODI, para monitorar, censurar e coibir qualquer manifestação contrária ao governo. O objetivo principal era assegurar que a opinião pública fosse moldada de acordo com os interesses do regime, utilizando a censura e a vigilância para neutralizar vozes críticas e evitar que notícias sobre abusos, corrupção ou

resistência política fossem divulgadas. Esse controle não se limitava à repressão direta, mas também incluía estratégias econômicas, como a distribuição seletiva de verbas publicitárias a veículos alinhados ao governo.

A vigilância dos meios de comunicação durante a ditadura militar foi implementada de diversas formas, combinando censura direta, repressão violenta e incentivos financeiros. Muitos veículos de comunicação eram submetidos à censura prévia, na qual conteúdos sensíveis eram analisados por censores antes de sua publicação. Em alguns casos, os censores atuavam diretamente nas redações, como ocorreu no jornal O Estado de S. Paulo, onde militares eram enviados para revisar os textos antes de sua liberação. No caso de matérias vetadas, os jornais frequentemente utilizavam estratégias criativas para expor a censura, como a substituição de reportagens por receitas culinárias ou espaços em branco. Essas medidas buscavam chamar atenção dos leitores para a interferência do regime.

Órgãos como o SNI e o DOPS produziram relatórios detalhados sobre jornalistas, colunistas e veículos de comunicação, identificando publicações consideradas subversivas. As redações eram constantemente monitoradas, e jornalistas críticos ao regime frequentemente eram intimidados, presos ou, em casos extremos, mortos, como aconteceu com Vladimir Herzog, assassinado nas dependências do DOI-CODI em 1975.

O regime ditatorial utilizava verbas publicitárias estatais como forma de vigilância e controle. Veículos alinhados ao governo, como a Rede Globo, recebiam um volume significativo de publicidade, enquanto veículos independentes ou críticos, como o jornal Movimento, enfrentavam dificuldades financeiras devido a exclusão do acesso a essas verbas. Além do controle econômico e da censura, agentes infiltrados eram utilizados para monitorar redações e identificar jornalistas opositores. A repressão direta incluía prisões arbitrárias, tortura e exílio de jornalistas, além da apreensão de exemplares de publicações consideradas perigosas.

O Estado de S. Paulo tornou-se um dos símbolos da censura explícita. Censores chegaram a ocupar fisicamente a redação para controlar o conteúdo publicado. Revistas de circulação nacional também foram alvos frequentes de censura, com edições inteiras apreendidas quando seus conteúdos contrariavam o

regime. Programas de rádio considerados subversivos também eram monitorados, e estações de rádio que transmitiam conteúdos críticos podiam ser fechadas ou sofrer sanções econômicas.

Um dos objetivos principais da vigilância dos meios de comunicação era que o regime buscava impor sua visão dos acontecimentos e controlar a memória coletiva, garantindo que a narrativa oficial sobre o “milagre econômico” e a “ordem social” prevalecesse. Outro objetivo era que qualquer veículo ou profissional que criticasse o governo, denunciasse abusos ou divulgasse informações sobre resistência política era identificado como inimigo do Estado e neutralizado por meio da censura, repressão ou coação econômica. Por último, os meios de comunicação também foram utilizados para promover a imagem do regime, com programas e campanhas publicitárias que exaltavam o progresso econômico e a estabilidade alcançada sob o regime ditatorial.

A vigilância e a repressão sobre os meios de comunicação durante a ditadura militar deixaram marcas profundas na relação entre imprensa e Estado no Brasil. Por um lado, essa repressão gerou medo e autocensura, limitando a liberdade de expressão e empobrecendo o debate público. Por outro, impulsionou a criação de uma imprensa alternativa e formas criativas de resistência que deixaram um legado importante à democracia.

Imprensa Alternativa e Jornal Brasil Mulher

A imprensa alternativa despontou como uma das mais importantes formas de resistência ao regime, oferecendo um espaço para a contestação, denúncia de abusos e a articulação de ideias progressistas que não encontravam lugar nos veículos de comunicação tradicionais. Enquanto a grande imprensa era frequentemente submetida a censura prévia ou alinhava-se aos interesses do governo ditatorial, os jornais e revistas alternativas se organizaram como vozes críticas e combativas. Essas publicações, apesar de enfrentarem enormes desafios (como perseguições, dificuldades financeiras e constantes ameaças de repressão), tornaram-se fundamentais para a preservação do debate público e da memória da resistência contra o autoritarismo.

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

A imprensa alternativa não surgiu apenas como uma reação do regime ditatorial. Seu desenvolvimento também refletia uma necessidade de grupos sociais, movimentos políticos e culturais que estavam excluídos dos espaços de representação nos meios de comunicação tradicionais. A partir do Ato Institucional nº 5 (AI-5) em 1968, o endurecimento do regime militar intensificou a censura e restringiu ainda mais a atuação da imprensa convencional. Muitos jornalistas que discordavam do regime foram demitidos de suas redações, presos ou exilados, e muitos deles passaram a contribuir com a criação de veículos independentes.

Essas publicações buscavam dar voz às demandas de grupos que eram historicamente marginalizados, como os movimentos feministas, estudantis, sindicais e de trabalhadores rurais. Assim, a imprensa alternativa acabou se constituindo como um espaço de resistência política, e como um instrumento de articulação de movimentos sociais e culturais.

A imprensa alternativa tinha peculiaridades que a diferenciavam da grande imprensa, tanto em sua organização quanto em sua produção de conteúdo. A maior parte das publicações alternativas estava alinhada com projetos de transformação social, buscando denunciar as injustiças do regime militar e promover pautas como direitos humanos, democracia e igualdade social, criticando tanto o autoritarismo quanto às estruturas sociais que perpetuavam desigualdades.

Enquanto a imprensa tradicional frequentemente reproduzia discursos alinhados a ditadura ou evitava temas controversos para escapar da censura, os veículos alternativos abordavam questões como tortura, desaparecimentos forçados, censura e exploração dos trabalhadores. Além disso, denunciavam as conexões entre o regime ditatorial e o capital internacional, especialmente o apoio dos Estados Unidos ao golpe de 1964.

Para driblar a censura e atingir seu público, a imprensa alternativa utilizava linguagens criativas e simbólicas. Textos satíricos, metáforas e até mesmo um humor corrosivo foram ferramentas importantes para comunicar mensagens subversivas. Publicações como O Pasquim, por exemplo, usava o sarcasmo e a caricatura como formas de criticar o regime sem enfrentar represálias diretas imediatas. A maioria dos jornais alternativos eram produzidos por coletivos de jornalistas, militantes e intelectuais que trabalhavam de forma voluntária ou com

remunerações simbólicas. O financiamento dessas publicações geralmente dependia de assinaturas, doações ou venda direta, o que limitava suas tiragens, mas assegurava sua independência.

Desde seu início, a imprensa alternativa foi alvo de intensa vigilância e repressão pelos órgãos de segurança do regime militar. A censura prévia era uma das ferramentas mais usadas contra a imprensa alternativa. Algumas publicações precisavam submeter seus textos à aprovação de censores antes de serem impressas, o que frequentemente resultava no veto de edições inteiras. Quando não havia censura prévia, as edições eram frequentemente confiscadas após sua distribuição inicial. Apreensões em gráficas eram comuns, obrigando os editores a buscar métodos clandestinos de impressão.

Colaboradores da imprensa alternativa eram frequentemente perseguidos, presos e até torturados. A participação em publicações consideradas subversivas era vista como uma ameaça direta à segurança nacional, justificando ações brutais por parte dos órgãos de repressão. Além disso, os responsáveis por esses jornais sofriam com campanhas de intimidação, incluindo invasões domiciliares, confisco de materiais e monitoramento constante.

Para minar financeiramente os jornais, o regime pressionava anunciantes a não investir em veículos alternativos, ao mesmo tempo em que dificultava o acesso a materiais gráficos. Havia também infiltração de agentes nos coletivos de produção, que buscavam sabotar as operações ou delatar colaboradores.

Apesar de todas as dificuldades, a imprensa alternativa cumpriu um papel essencial na resistência à ditadura militar, articulando discursos de oposição e servindo como espaço de denúncia e mobilização. Algumas das principais contribuições incluem a denúncia de abusos e violações de direitos humanos, revelando ao público as práticas de tortura, desaparecimentos forçados e assassinato políticos que a ditadura buscava encobrir. Esses veículos foram fundamentais para documentar os abusos e preservar uma memória histórica que seria usada posteriormente na luta pela redemocratização pela justiça de transição.

Os jornais alternativos ajudaram a dar visibilidade às demandas de movimentos feministas, sindicais, estudantis e de minorias, promovendo o debate sobre temas como igualdade de gênero, reforma agrária e democracia. A cobertura

desses movimentos também serviu como uma ferramenta de organização, mobilizando cidadãos e ampliando o alcance de suas pautas.

Em um momento em que a grande imprensa frequentemente reproduzia a propaganda oficial do regime, a imprensa alternativa ofereceu uma visão crítica da realidade brasileira, desconstruindo mitos e narrativas do autoritarismo. A circulação de ideias progressistas e críticas ao capitalismo e ao imperialismo também ajudou a formar uma geração de militantes e intelectuais comprometidos com a transformação social.

Os representantes internacionais na imprensa alternativa desempenharam papéis fundamentais, como o fortalecimento de redes de solidariedade, a ampliação do alcance das denúncias contra o regime ditatorial e a troca de experiências com movimentos de resistência em outros países.

Nos anos 1960 e 1970, diversos países da América Latina viviam sob ditaduras militares semelhantes à brasileira, frequentemente apoiadas por potências estrangeiras, como os Estados Unidos, no contexto da Guerra Fria. Isso criou um cenário de solidariedade internacional entre movimentos de oposição e regimes autoritários. Representantes internacionais ajudavam a levar ao conhecimento global as violações de direitos humanos no Brasil, utilizando jornais alternativos e publicações estrangeiras como canais para difundir essas informações.

A censura no Brasil dificultava a divulgação de informações sobre as práticas repressivas do regime ditatorial. Assim, representantes internacionais da imprensa alternativa desempenhavam um papel crucial para romper esse isolamento informativo. Grupos como a Anistia Internacional e a Organização das Nações Unidas (ONU) colaboravam com jornalistas alternativos para documentar e divulgar abusos do regime, como tortura, desaparecimentos e repressão política. Representantes internacionais conectados à imprensa alternativa brasileira colaboravam com veículos estrangeiros, como Le Monde, The New York Times e The Guardian, para expor a realidade da ditadura.

A colaboração internacional permitiu que as denúncias contra o regime militar alcançassem um público mais amplo, incluindo a opinião pública em países democráticos e fóruns internacionais. As denúncias feitas pela imprensa alternativa com a ajuda de representantes internacionais contribuíram para pressionar o

governo brasileiro em organismos internacionais, como a ONU e a Organização dos Estados Americanos. Muitos exilados políticos brasileiros usaram a imprensa estrangeira para denunciar os abusos da ditadura, garantindo que essas informações fossem conhecidas fora das fronteiras do Brasil.

Muitos brasileiros foram exilados, e comunidades exiladas surgiram em diversos países. Representantes internacionais da imprensa alternativa atuavam como pontes entre essas comunidades e os movimentos de resistência no Brasil. Algumas publicações da imprensa alternativa eram produzidas no exterior e depois contrabandeadas para o Brasil. A imprensa alternativa também ajudava a mobilizar brasileiros exilados para ações de solidariedade internacional e protestos contra o regime ditatorial.

A presença de representantes internacionais na imprensa alternativa brasileira foi um elemento essencial para sua sobrevivência e impacto. Esses agentes ampliaram o alcance das denúncias contra a ditadura e também fortaleceram a imprensa alternativa como um espaço de resistência global contra o autoritarismo.

Em resposta a esse ambiente repressivo, surgiu uma imprensa alternativa, um movimento que buscava oferecer uma voz dissidente e crítica em meio ao controle estatal. A necessidade de criar veículos de comunicação independentes tornou-se evidente à medida que a imprensa tradicional se alinhava ao regime ou sucumbia à censura. Jornalistas, ativistas e diversos grupos sociais começaram a buscar formas de contornar as restrições e divulgar informações que refletissem a realidade do país, bem como denunciar as violações de direitos humanos e a ausência da democracia.

Como bem aponta Kucinski, os jornais alternativos de esquerda representavam, de um lado, a busca de novos espaços por parte de jornalistas que se sentiam bloqueados em sua atividade crítica na chamada grande imprensa; de outro, a necessidade – que tocava a muitos intelectuais, artistas e estudantes universitários daquela época – de construir espaços de ‘resistência’ ao regime militar. (ARAÚJO, 2000, p. 22)

A imprensa alternativa, também conhecida como “imprensa nanica” devido ao seu tamanho reduzido em comparação com os grandes veículos tradicionais, caracterizou-se por sua independência editorial e pelo compromisso com a verdade

e a justiça social. Esses veículos frequentemente operavam com recursos limitados e enfrentavam constantes ameaças de censura e repressão.

Os jornais e revistas alternativos abordavam temas que a grande imprensa ignorava ou distorcia, como a luta por direitos humanos, a resistência política, os movimentos sociais e a cultura popular. Além disso, esses veículos adotavam uma linguagem acessível e direta, buscando engajar uma ampla gama de leitores, circulando suas publicações muitas vezes de forma clandestina ou por meio de redes informais de distribuição.

Dentro deste movimento, a imprensa alternativa feminista se destaca por sua dedicação à luta pelos direitos das mulheres e pela igualdade de gênero. Um dos marcos desse segmento foi o surgimento do jornal Brasil Mulher, o primeiro jornal feminista do Brasil (LEITE, 2003).

Imprensa Alternativa Feminista

A imprensa alternativa feminista no Brasil desempenhou um papel crucial como um espaço de resistência, conscientização e articulação política, especialmente durante os anos de repressão na ditadura militar. Em um período marcado pelo cerceamento das liberdades democráticas e pela censura institucionalizada, essa vertente da imprensa emergiu como uma plataforma indispensável para dar voz às demandas das mulheres, questionar o status quo e fomentar debates que iam além das pautas controladas pelos grandes veículos de comunicação.

A partir da década de 1970, com a intensificação dos movimentos feministas em várias partes do mundo, a luta das mulheres brasileiras começou a se organizar de forma mais sistemática, apesar das restrições impostas pelo regime militar. Nesse cenário, a imprensa alternativa feminista surgiu como uma necessidade de criar espaços próprios para expressar as demandas das mulheres, já que a grande imprensa não apenas ignorava as questões de gênero, mas também reforçava estereótipos e narrativas patriarcais.

Publicações como o Jornal Brasil Mulher (1975-1981) e o Nós Mulheres foram exemplos emblemáticos dessa imprensa. Essas iniciativas foram idealizadas por mulheres que estavam diretamente envolvidas nos movimentos sociais e

feministas, e sua produção era caracterizada pela autonomia em relação às grandes corporações midiáticas. Essa independência lhes permitia abordar temas como desigualdade de gênero, violência doméstica, sexualidade, saúde reprodutiva e o direito ao aborto - assuntos considerados tabus e que raramente eram discutidos abertamente na sociedade brasileira daquela época.

A imprensa alternativa feminista possuía características específicas que a diferenciavam tanto da grande mídia quanto de outros veículos alternativos. Em primeiro lugar, sua abordagem era profundamente engajada e interseccional, conectando as lutas feministas às demandas sociais mais amplas como a democratização, a justiça social e os direitos humanos. Isso refletia uma compreensão de que a opressão de gênero estava intimamente ligada às estruturas políticas e econômicas do autoritarismo.

Essas publicações também se destacavam pela linguagem acessível, o que possibilitava alcançar um público diverso, desde mulheres urbanas instruídas até trabalhadoras rurais e domésticas. Os jornais feministas frequentemente utilizavam reportagens, artigos de opinião, entrevistas e até poesias e ilustrações para comunicar suas ideias de maneira envolvente e criativa.

Outro aspecto notável era o esforço para promover a horizontalidade e o protagonismo coletivo. As redações dessas publicações eram frequentemente compostas por grupos de mulheres que dividiram responsabilidades e evitavam hierarquias rígidas, refletindo os ideais feministas de igualdade e colaboração.

A atuação da imprensa alternativa feminista não passou despercebida pelo regime ditatorial, que enxergava nessas publicações uma ameaça à ordem estabelecida. O Serviço Nacional de Informações e outros órgãos de repressão monitoravam de perto os jornais feministas, classificando-os como veículos subversivos. Documentos de vigilância mostram que o Estado espionava as atividades das jornalistas e editoras e, também, buscava identificar e coibir articulações entre elas e outros movimentos sociais.

O Jornal Brasil Mulher, por exemplo, foi frequentemente alvo de relatórios e investigações, especialmente por seu conteúdo crítico à ditadura e por abordar temas como direitos políticos, igualdade de gênero e questões trabalhistas. As mulheres que estavam à frente desses projetos continuaram a produzir e disseminar

conteúdos transformadores. Muitas dessas publicações eram distribuídas de forma clandestina ou em eventos de movimentos sociais, garantindo que suas mensagens alcançassem diferentes públicos.

A importância da imprensa alternativa feminista transcende o período da ditadura militar. Ela representou um marco na história da comunicação e do feminismo no Brasil, influenciando tanto o debate público quanto a organização de movimentos sociais. Esses jornais foram pioneiros em colocar as questões de gênero no centro das discussões políticas, ajudando a construir uma base teórica e prática para o feminismo contemporâneo no país.

Além disso, a memória dessas publicações e das mulheres que as produziram é um campo fértil para pesquisas acadêmicas. Analisar a trajetória de jornais como o Jornal Brasil Mulher permite compreender as estratégias de resistência adotadas durante um período de repressão, e também as formas como as mulheres construíram narrativas próprias para contestar sua exclusão histórica e política.

O legado da imprensa alternativa feminista também se faz presente nos debates atuais sobre democratização da comunicação. Ela serve como exemplo de como uma ferramenta de empoderamento e transformação social, ao dar voz a grupos marginalizados e propor novas formas de pensar e organizar a sociedade.

A imprensa alternativa feminista é um testemunho do poder da palavra escrita como instrumento de luta e resistência. Durante a ditadura militar, essas publicações enfrentaram censura, vigilância e repressão, mas permaneceram firmes em seu propósito de dar visibilidade às lutas das mulheres e de fomentar debates que desafiam as estruturas patriarcais e autoritárias. Hoje, seu estudo é essencial para compreender as intersecções entre mídia, gênero e política, bem como para inspirar novas gerações na luta por igualdade e justiça.

Em 1975, em Londrina, foi fundado o Jornal Brasil Mulher, durante o período marcado pela chamada distensão do governo Geisel. O jornal tornou-se um importante veículo para discutir os direitos das mulheres, desafiando tanto a repressão política quanto as normas sociais conservadoras da época, além de dar voz a grupos marginalizados. Conforme destacado:

O surgimento do jornal Brasil Mulher e, na sequência, do Nós Mulheres em 1976, e do Mulherio, já na década de 80, inaugura a fase do que chama-se

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

de imprensa alternativa feminista. Nestas publicações pode-se notar as linhas do pensamento da teoria feminista que estavam se articulando na prática. (DEBÉRTOLIS, 2002, p. 29)

O jornal Brasil Mulher desempenhou um papel crucial na disseminação das ideias feministas durante a ditadura militar. Suas publicações abordaram diversas questões, desde direitos reprodutivos e igualdade salarial até a violência contra a mulher e a discriminação de gênero no ambiente de trabalho, conforme identificado em pesquisa no acervo digital do Centro Sérgio Buarque de Holanda. Através de suas páginas, o jornal buscava conscientizar e mobilizar mulheres, sendo distribuído voluntariamente por suas autoras e militantes em diversos estados brasileiros (COSTA e DA COSTA, 2021, p. 40) incentivando a luta por direitos e a participação ativa na vida política e social do país.

No entanto, essa postura de resistência e denúncia atraiu a atenção negativa da repressão. As jornalistas envolvidas no jornal Brasil Mulher enfrentaram diversos desafios, incluindo perseguições e vigilância constante por parte dos órgãos de repressão. Segundo relatos, “Além de ter a polícia federal em seu encalço, vigiando dia e noite seus passos, Joana enfrentava o conservadorismo e o preconceito de muitos colegas de redação” (DEBÉRTOLIS, 2002). Mesmo após a suposta abertura política, as jornalistas continuaram a ser alvo de vigilância e perseguição pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), demonstrando que sua militância incomodava os órgãos repressivos do Estado.

Durante uma pesquisa na plataforma do Arquivo Nacional (SIAN), foi analisado o documento ASP ACE 4250/80, produzido em 15 de junho de 1976, nomeado “Jornal Brasil Mulher”. Este documento evidencia a vigilância exercida pelo SNI sobre o jornal. Composto por 99 páginas, ele detalha minuciosamente as atividades, informações pessoais e mudanças operacionais relacionadas ao jornal, revelando a intensa investigação do SNI sobre cada membro da equipe, inclusive suas atividades que não eram relacionadas ao trabalho, destacando a atenção dada a todos os aspectos do funcionamento do jornal.

As últimas dez páginas do documento contém a resposta a uma solicitação de busca, que detalha informações pessoais sobre as mulheres envolvidas no jornal. Esses dados abrangem uma variedade de aspectos, desde detalhes sobre suas famílias até eventos dos quais participaram, locais onde trabalharam

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

anteriormente e até mesmo viagens e visitas realizadas. Além disso, o documento inclui uma nova solicitação de busca, desta vez direcionada a detalhes específicos sobre os membros do conselho editorial e de pesquisa do Jornal Brasil Mulher.

Por fim, o documento inclui o prontuário de uma jornalista que atuava como tradutora para o jornal. Este arquivo abarca informações de cunho profissional, pessoal e histórico de sua participação no cenário político, oferecendo uma visão abrangente sobre a vigilância e o controle exercidos pelo SNI sobre as atividades e a vida pessoal das jornalistas envolvidas no jornal.

A análise dos documentos do SNI sobre o jornal Brasil Mulher revela não apenas a vigilância e a repressão enfrentadas pelas jornalistas, mas também destaca a marginalização das mulheres nos registros históricos, uma questão central nas obras de Michelle Perrot (1988) e Virgínia Woolf (1985). Ambas autoras discutem como as mulheres foram historicamente relegadas a papéis secundários e muitas vezes invisíveis nas narrativas oficiais.

Michelle Perrot (1988), em seus estudos sobre a história das mulheres, argumenta que os arquivos são espaços de poder que refletem as hierarquias sociais. Ela afirma que a ausência de registros sobre mulheres nos arquivos históricos não é mera coincidência, mas sim resultado de uma construção social que desvaloriza as experiências femininas e privilegia as narrativas masculinas. Perrot (1988) ressalta que:

No teatro da memória, as mulheres são uma leve sombra. A narrativa histórica tradicional lhes dá pouco espaço, justamente na medida em que privilegia a cena pública - a política, a guerra - onde elas aparecem pouco. (PERROT, 1988, p. 09)

Esta perspectiva é fundamental para entender como os documentos do SNI, embora ricos de detalhes sobre a vigilância das mulheres do jornal Brasil Mulher, também refletem uma tentativa de controlar e silenciar suas vozes.

Virgínia Woolf (1985), em sua obra “Um Teto Todo Seu”, discute como as mulheres têm sido historicamente excluídas das esferas de produção de conhecimento e da memória histórica. Woolf enfatiza a importância de criar espaços onde as mulheres possam registrar suas próprias experiências e histórias, livres das limitações impostas por uma sociedade patriarcal. Ela observa que:

A mulher jamais escreve sobre a própria vida e raramente mantém um diário - existe apenas um punhado de suas cartas. Não deixou peças ou

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

poemas pelos quais possamos julgá-la. O que se deseja, pensei [...], é uma massa de informações: com que idade ela se casava; quantos filhos, via de regra, tinha; como era sua casa; se ela dispunha de um quarto próprio; se preparava a comida; seria provável que tivesse uma criada? Todos esses fatos estão em algum lugar, presumivelmente nos registros e livros contábeis paroquiais; a vida da mulher média elisabetana deve estar espalhada em algum lugar, se apenas alguém se dispuser a recolhê-la e dela fazer um livro [...]. (WOOLF, 1985, p. 59-60).

O jornal Brasil Mulher pode ser visto como uma realização prática dessa ideia, fornecendo uma plataforma para que as mulheres articulassem suas demandas e narrassem suas próprias histórias.

A memória das vencidas, mulheres que lutaram por direitos durante a ditadura militar, conecta-se diretamente à resistência documentada no Jornal Brasil Mulher. Essas mulheres não apenas enfrentaram a repressão estatal, mas também o silenciamento histórico, reforçado por uma estrutura social que marginalizava gênero e classe. Como afirma Eder Sader (1988), "o novo sujeito é social; são os movimentos sociais populares em cujo interior indivíduos, até então dispersos e privatizados, passam a definir-se, a reconhecer-se mutuamente, a decidir e agir em conjunto" (p.10) . Nesse contexto, as jornalistas feministas, alvo da vigilância do SNI, desafiaram as hierarquias sociais impostas pelo regime militar, criando um espaço de resistência.

A análise dos documentos inéditos do SNI sobre o Jornal Brasil Mulher revela como o Estado percebia essas mulheres como uma ameaça. A atuação delas evidencia uma "criação de um novo sujeito social e histórico", que uniu a luta de gênero à de classe, desafiando tanto o autoritarismo quanto a exclusão socioeconômica. Ao visibilizar essas fontes, é possível resgatar o papel fundamental dessas mulheres na construção de uma resistência que foi tanto política quanto social.

Além das contribuições de Michelle Perrot (1988) e Virgínia Woolf (1985), é importante considerar a hierarquização social dos arquivos. Os arquivos não são meras coleções neutras de documentos, eles são formados por escolhas institucionais que determinam quais informações são preservadas e quais são descartadas (SIMIONI; ELEUTÉRIO, 2018). Essas escolhas refletem e perpetuam as estruturas de poder da sociedade

Os arquivos tendem a valorizar os eventos e as figuras que ocupam posições de poder e influência, enquanto marginalizam ou omitem as experiências de grupos menos privilegiados. Este processo não é neutro, é uma forma de construção social que reforça hierarquias e desigualdades existentes. Ao decidir o que é digno de ser lembrado e o que pode ser esquecido, os arquivos moldam a memória coletiva e influenciam a maneira como a história é narrada.

Diversos autores já discutiram o quanto os arquivos não são produtos passivos de uma somatória de documentos acumulados por grupos ou sociedades humanas de modo neutro, mas sim frutos de seleções, ordenamentos e inscrições institucionais que resultam de escolhas. (SIMIONI e ELEUTÉRIO, 2018, p. 21)

Durante a ditadura militar brasileira, os arquivos do SNI sobre o jornal Brasil Mulher exemplificam essa dinâmica. Embora detalhem a vigilância e a repressão exercidas sobre as jornalistas, esses documentos também mostram a tentativa do regime de controlar e suprimir as vozes dissidentes. A atenção meticulosa aos detalhes da vida e das atividades dessas mulheres, ao mesmo tempo em que tentavam neutralizá-las, resultou em um registro paradoxal: um testemunho da resistência feminista contra a opressão.

A hierarquização social dos arquivos implica que muitas vozes e experiências femininas foram deliberadamente excluídas ou parcialmente representadas nos registros históricos. Ao analisar criticamente esses arquivos, pode-se identificar essas ausências e reconhecer a influência das estruturas de poder na construção da memória histórica. No caso do jornal Brasil Mulher, a documentação existente, embora originada de uma intenção repressiva, oferece uma oportunidade valiosa para reavaliar e valorizar as contribuições das mulheres que desafiaram o regime.

Esta abordagem crítica permite compreender a extensão e as consequências da repressão sobre a imprensa alternativa feminista durante a ditadura, e também valorizar e celebrar as histórias e resistências das mulheres que, de outra forma, poderiam ter sido apagadas da memória coletiva. Ao reconhecer e desafiar as hierarquias implícitas nos arquivos, é possível contribuir para uma narrativa histórica mais inclusiva e equitativa.

A ausência das mulheres nos registros históricos e sua marginalização no discurso oficial refletem a estrutura patriarcal da sociedade e do estado, uma realidade que se intensificou durante a ditadura militar. O jornal Brasil Mulher

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

desafiava essa narrativa ao trazer a voz das mulheres para o centro do debate, questionando a repressão política e a opressão de gênero.

Virgínia Woolf (1985) e Michelle Perrot (1988), em suas análises, destacam como as mulheres foram sistematicamente excluídas dos registros históricos e relegadas a papéis secundários. Quando Woolf (1985) observa que a mulher jamais escreve sobre sua própria vida e raramente mantém um diário, ela exemplifica a invisibilidade histórica das mulheres e a necessidade de espaços onde elas possam narrar suas próprias experiências. Perrot, por sua vez, quando argumenta que as mulheres são leves sombras no teatro da memória, ela evidencia que a marginalização é resultado de uma construção social que desvaloriza as experiências femininas e privilegia as narrativas masculinas.

O Brasil Mulher surge como uma plataforma que desafiava essa marginalização, oferecendo às mulheres um espaço para expressar suas demandas e compartilhar histórias. Este jornal além de denunciar a repressão política, também confrontava a opressão de gênero, promovendo uma visão alternativa que contrastava com a narrativa oficial do regime ditatorial.

A questão da hierarquização social nos arquivos é fundamental para entender como as memórias dessas mulheres foram sistematicamente excluídas dos registros oficiais. Levando em consideração que os arquivos são produtos de seleções e ordenamentos institucionais que resultam escolhas sobre o que merece ser lembrado, essas escolhas perpetuam hierarquias sociais, determinando quais vozes serão preservadas.

A pesquisa documental sobre o jornal Brasil Mulher e a perseguição de suas jornalistas é, portanto, uma tentativa de valorizar as vozes femininas que resistiram durante a ditadura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho evidencia que a militarização da sociedade brasileira durante a ditadura não se limitou às esferas institucionais, mas penetrou profundamente no cotidiano social, estruturando práticas de vigilância, censura e repressão que impactaram diretamente a produção e circulação de informações. Nesse cenário, os meios de comunicação foram alvos

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

privilegiados do controle estatal, seja por meio da cooptação da grande imprensa, seja pela repressão sistemática à imprensa alternativa. A experiência do jornal Brasil Mulher revela, de forma exemplar, como a resistência feminista se constituiu em meio a esse ambiente adverso, articulando denúncias, construindo redes de solidariedade e produzindo narrativas próprias que desafiaram tanto o autoritarismo político quanto as hierarquias de gênero. Além disso, a análise dos documentos do SNI permite refletir sobre o papel dos arquivos como espaços de poder, evidenciando tanto as estratégias de controle do Estado quanto às possibilidades de resgate histórico das vozes marginalizadas. Dessa forma, o estudo contribui para a compreensão das relações entre Estado, mídia e gênero, ao mesmo tempo em que reafirma a importância da memória e da produção crítica na consolidação de uma sociedade democrática.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- BRASIL, Serviço Nacional de Informações. Cópia de documentos - *Jornal Brasil Mulher*, 15 de junho de 1976. ASP ACE 4250/80, 99 laudas. Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN).
- BRUZIGUESSI, Bruno. Os fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional e seu legado na constituição do Estado brasileiro contemporâneo. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 2, n. 1, p. 47-64, 2014.
- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, J.; DESLAURIERS, J.; GROULX, COSTA, Larissa Shayanna Ferreira; DA COSTA, Verônica Soares. A trabalhadora no Brasil Mulher: análise das capas do 8 de março. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, n. 47, 2021.
- DEBÉRTOLIS, Karen S. Brasil Mulher: *Joana Lopes e a imprensa alternativa feminista*. Dissertação (Mestrado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

KUCINSKI, Bernardo. A Aventura Alternativa—O jornalismo de oposição dos anos 70. *A síndrome da antena parabólica*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 177, 1998. Abramo, 1998.

LANZA, Fábio; NEVES JR., José W. A.; ADAMS, Marina (org.). *Registros dos autoritarismos: pesquisas sobre arquivos inéditos das ditaduras no Brasil e na América Latina*. Salvador: Sagga, 2024.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. *Revista Estudos Feministas*, v. 11, p. 234-241, 2003.

MAY, Tim. *Pesquisa social: questões, métodos e processos*. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ONU. *Declaração universal dos direitos humanos*. 1948.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SADER, Eder. *Quando Novos Personagens entraram em cena*. 2 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti; ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Mulheres, arquivos e memórias. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, p. 19-27, 2018.

SOUSA, Reginaldo Cerqueira. Ditadura Militar Brasileira: o aparelhamento do sistema repressivo e a fabricação do informante. *História: Debates e Tendências*, v. 19, n. 3, p. 420-438, 2019.

WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. São Paulo: Tordesilhas, 2014.